

Imagens de professores

A visibilidade dos profissionais na Revista do Professor - São Paulo 1934-1965

Paula Perin Vicentini

Faculdade de Educação
USP

Resumo

O presente texto propõe-se analisar o modo como os professores eram representados nas fotografias e ilustrações da *Revista do Professor* (1934-1965), órgão informativo do CPP (Centro do Professorado Paulista), fundado em 1930 e que ainda hoje congrega aproximadamente 110.000 professores. Tendo sua imagem vinculada ao segmento majoritário do magistério paulista na época de sua criação - os professores primários -, o CPP foi durante um período significativo a principal associação docente do estado. Este trabalho visa a examinar os espaços nos quais os professores tinham visibilidade no periódico publicado pela entidade, de modo a identificar a natureza das imagens, com base nos trabalhos de Roland Barthes e de Walter Benjamin acerca da fotografia.

Palavras-chave: história da profissão docente, imagens de professores e profissionalização do magistério.

Abstract

The present text aims to analyse the way in which teachers were represented visually (through photographs and illustrations) in the *Revista do Professor* (1934-1965), the informative publication of the CPP (Centro do Professorado Paulista), founded in 1930 and which still today represents some 110.000 teachers. The CPP was, for a significant period of time, the main teachers' association in the state of São Paulo. Its image was linked to that of primary teachers who made up the largest section of the São Paulo teaching profession at the time of the periodical's inception. The aim of such an analysis is to examine the spaces in which teachers were given visibility in the periodical published by the teaching profession and to identify the nature of the images in which teachers are portrayed in the *Revista do Professor*. The analysis is based on the works of Roland Barthes and Walter Benjamin on photography.

Key words: history of the teaching profession, images of teachers, professionalisation of teachers.

Este texto¹ analisa a forma pela qual os professores eram representados nas fotografias e ilustrações da *Revista do Professor* - periódico do Centro do Professorado Paulista (CPP) entre 1934 e 1965. O estudo faz parte de uma pesquisa em nível de doutorado, financiada pela FAPESP, intitulada *Imagens e representações na história da profissão docente no Brasil: imprensa periódica educacional e jornais de circulação diária (1945-64)*, cujo objetivo é investigar a imagem social do magistério no Brasil, tomando para a análise os casos específicos do Rio de Janeiro, do antigo Distrito Federal (transformado no Estado da Guanabara em 1960) e de São Paulo. Estruturada em torno do exame de duas fontes distintas, a pesquisa envolve o confronto entre as representações relativas à profissão docente divulgadas pelos periódicos das entidades representativas de diferentes segmentos da categoria - notadamente os professores primários e os secundários - e por órgãos de imprensa sem vínculo direto com o campo educacional, com vistas a investigar as relações existentes entre essas duas instâncias. Pretende-se, também, apreender tanto a forma pela qual segmentos específicos do

professorado se auto-representavam como categoria profissional, quanto o modo como jornais de perfis distintos os retratavam, localizando indícios sobre diferentes formas de construir as imagens do magistério e sobre os embates travados no âmbito do movimento docente em torno das representações sobre a profissão.²

Convém esclarecer que utilizamos o termo representação tal como o concebe Roger Chartier, segundo o qual não há "prática ou estrutura que não seja produzida pelas representações, contraditórias e em confronto, pelas quais os indivíduos e os grupos dão sentido ao [seu] mundo" e que mobilizam estratégias simbólicas mediante as quais se definem posições e relações, construindo, assim, a sua identidade (1991, p. 177). Num artigo sobre Louis Marin, Chartier ressalta que

¹ Este texto constitui um desdobramento do trabalho realizado como exigência da disciplina História e Retórica da Imagem, ministrada pelo Prof. Dr. Marcos A. da Silva no âmbito do Programa de Pós-Graduação do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, no primeiro semestre de 1999.

² Quanto aos órgãos de imprensa, será examinado o material relativo ao Dia do Professor dos jornais O Estado de S. Paulo, Folha da Manhã, Folha de S. Paulo, Diário de S. Paulo, Correio da Manhã, O Globo e Última Hora.

tal concepção do mundo social está fortemente enraizada no conceito de representação presente em *Le portrait du roi* e *Des pouvoirs de l'image* (Marin, 1991 e 1993), o qual é definido a partir dos efeitos ligados ao duplo sentido do termo: representar significa substituir uma ausência, tornando-a presente tanto temporalmente - tal como ocorre com o retrato de um morto que o mostra aos vivos - quanto espacialmente, no caso de uma pessoa representar a outra juridicamente. Ao substituir uma ausência, a representação atribui-lhe um significado que a valoriza e a torna mais intensa do que ela própria - o que remete para o outro sentido do termo, relativo à exibição da "presença legitimada", a qual evidencia a sua intensificação "pelo signo ou título que autoriza, permite, e até [a] exige" (id., p. 11). Assim, a noção de representação cumpre uma dupla função, pois não só presentifica o ausente, mas também funciona como signo da autoridade legítima, constituindo, assim, o "sujeito que encontra na imagem autoridade e legitimação como resultante (...) [de] seus efeitos sobre ela própria" (p.12-13). Segundo Chartier, tal concepção possibilita compreender as "diversas relações que os indivíduos mantêm com

o mundo social: inicialmente, as operações de recorte e de classificação que produzem as configurações múltiplas graças às quais a realidade é percebida, construída, representada; em seguida, os signos, que visam a fazer reconhecer uma identidade social, a exibir uma maneira própria de ser no mundo, a significar simbolicamente um estatuto, uma posição, um poder; enfim, as formas institucionalizadas pelas quais os representantes encarnam de modo visível, presentificam, a coerência de uma comunidade, a força de uma identidade, ou a permanência de um poder." (1998, p. 178-179).

A pesquisa que se está desenvolvendo faz também uma análise das representações sobre a profissão docente contidas na *Revista do Professor* e na *Revista da APESNOESP*, escolhidas em função do propósito de configurar o movimento docente paulista no período estudado.

A primeira entidade representativa do magistério de que se tem notícia no Estado é a Associação Beneficente do Professorado Público de São Paulo, atuante entre 1902 e 1918, que foi estudada por Denice Barbara Catani (1989). Seu patrimônio foi incorporado pelo CPP, fundado em 1930, que ainda

hoje congrega cerca de 110.000 professores, em sua maioria das séries iniciais, tendo sido, durante um período significativo, a principal associação docente de São Paulo. Além da Liga do Professorado Católico - criada em 1919 com o auxílio da Cúria Metropolitana -, tem-se notícia da criação, nos anos 30, de outras entidades, sobre as quais não há nenhum estudo ou indícios quanto ao seu êxito. Somente na década de 40, com o crescimento da rede de ensino público, sobretudo no nível secundário, surgiram outras associações representativas de setores específicos do magistério que alcançaram expressão no campo educacional e passaram a disputar com o CPP a posição de porta-voz da categoria, dentre as quais se destacou a APESNOESP (Associação dos Professores do Ensino Secundário e Normal Oficial do Estado de São Paulo). Em depoimento a Sonia M. P. Kruppa e Orlando Joia, Raul Schwinden - membro da diretoria da APESNOESP em várias gestões - afirmou que a criação da entidade em 1945 pretendia suprir a deficiência do CPP, cuja atuação estava voltada para a defesa da parcela majoritária do

magistério público na época de sua criação - os professores primários - de modo que o Centro passou a ser identificado com este segmento da categoria, enquanto a APESNOESP representava o professorado secundário³ (Joia, 1993, p.21).

Desde a sua fundação, já se fizeram presentes duas das principais marcas que caracterizaram o CPP ao longo de sua história: o suposto e alardeado ideal de isenção política e a proximidade com o Estado. A pretensão de manter-se alheio às discussões políticas,

³ Os dados sobre o movimento docente no Estado entre 1945 e 64 foram reunidos em minha dissertação de mestrado, em que reconstitui a história do CPP entre 1930 e 1964 no âmbito de um projeto integrado, no qual R. S. G. Lugli analisou a trajetória da entidade no período que se segue (1964-90). Sobre as entidades docentes criadas nos anos 30 e as que surgiram nos anos 50, ver Vicentini, 1997, espec. p. 12-14. Quanto à APESNOESP, convém informar que, com a instituição do primeiro grau de oito anos pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1971, ela passou a ser designada APEOESP (Associação de Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo), transformando-se no sindicato da categoria, após a Constituição de 1988 ter permitido a sindicalização de funcionários públicos, proibida desde 1931. No final dos anos 70, quando as lideranças das greves de 78 e 79 assumiram a diretoria da associação, "instaurou-se uma polarização entre as associações que procuravam representar os professores paulistas: de um lado, encontrava-se o CPP, identificado como conservador, de métodos pouco combativos e, de outro, a APEOESP, entidade politicamente comprometida com os setores de esquerda" (Lugli, 1997, p. 6).

amplamente divulgada quando se anunciou a sua criação, derrotou a proposta de a associação apoiar a candidatura de Júlio Prestes à Presidência da República. A idéia consta ainda de seus Estatutos e é defendida com veemência pelos seus dirigentes, embora o CPP sempre tenha apregoado que a eleição de “representantes da classe” era a melhor forma de o magistério conquistar seus direitos. Tal escolha garantiu à entidade, em sua fase inicial, o apoio do Diretor Geral da Instrução Pública - à época, Amadeu Mendes - e das chamadas “autoridades escolares” (diretores de grupo escolar e inspetores de ensino), algumas das quais vieram a integrar a sua direção. Além disso, algumas medidas governamentais contribuíram para solucionar crises financeiras da entidade - como por exemplo, o desconto da mensalidade dos associados na folha de pagamento a partir de 1933 -, e houve ocasiões em que os líderes da associação exerceram o comando do sistema educacional paulista.⁴

Apesar de ter mantido aquelas diretrizes, o CPP alterou significativamente suas práticas reivindicatórias e a forma de conceber o trabalho docente. É possível identificar fases distintas em

sua história, principalmente a partir da gestão dos dois presidentes que ocuparam o cargo por longos períodos e que são considerados como “grandes líderes”: Sud Mennucci - à frente da associação entre 1933 e 1948 (ano de sua morte) - e Sólton Borges dos Reis, no comando do Centro entre 1956 e 1997. Este último elegeu-se várias vezes deputado estadual pelo Partido Democrata Cristão (PDC) até a instituição do bipartidarismo no Brasil, apesar de essa informação ser pouco divulgada pelo periódico. Entre 1948 e 1956, lideraram a entidade presidentes que, ao contrário da tradição instaurada por Mennucci, não se reelegeram. Nesse período, o discurso veiculado pela *Revista do Professor*, cuja circulação foi interrompida entre 1939 e 1949, caracterizou-se por um forte saudosismo, voltando-se para o culto à memória daquele que era tido como seu fundador.⁵

⁴ Sobre o suposto ideal de neutralidade política do CPP e a filiação partidária das lideranças da entidade, ver o trabalho apresentado juntamente com R. S. G. Lugli, no II Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação “A neutralidade impossível: o Centro do Professorado Paulista e a representação eleitoral do magistério (1930-90)”.

⁵ Os presidentes do CPP nesse período foram: Genésio de Almeida Moura (ago-nov/1948), Licínio Carpinelli (nov/48 a jul/49), Arnaldo Laurindo (1949-52) e Joaquim Silvério dos Reis (1952-56).

Sob o comando de Sud Mennucci, o CPP constituiu a base da rede de serviços que ainda hoje funciona como um dos seus principais atrativos, oferecendo aos associados atividades recreativas, tais como excursões, bailes e saraus, atendimento médico e assessoria jurídica para o encaminhamento de questões relativas à carreira docente no serviço público.

Em contrapartida, as reivindicações da associação restringiam-se às medidas que, a exemplo de sua rede de serviços, tinham por objetivo compensar as dificuldades financeiras do professor, tais como a isenção de impostos sobre os seus vencimentos, o desconto nas passagens de trem, etc. Tal concepção orientou a produção da *Revista do Professor*, em sua primeira fase (1934-39), durante a qual, apesar dos inúmeros artigos que lamentavam a discrepância existente entre a importante missão do professor e o descaso do Estado em relação ao magistério, expresso pela remuneração irrisória, a revista era extremamente comedida ao tratar das reivindicações salariais da categoria, dedicando-lhes pouco espaço e reconhecendo que o aumento de seus vencimentos dependia da disponibilidade do

orçamento público. Ao término da gestão de Mennucci, o CPP se havia afirmado como uma entidade voltada para a prestação de serviços aos seus associados e, mediante um discurso que exaltava a nobreza da profissão docente e a dedicação do magistério paulista, apresentava o trabalho do professor como um sacerdócio. Entretanto, nessa ocasião, o número de associados - cerca de 6.000 - indicava um certo distanciamento do magistério primário, formado por cerca de 20.000 professores naquela época.⁶

Na gestão de Sólton Borges dos Reis, teve início a fase de expansão do número de associados - que passou de 14.000 sócios em 1956 a cerca de 40.000 em 1964 - e do patrimônio da entidade, mediante a criação de sedes regionais no interior do Estado. Com o desenvolvimento do populismo no Brasil e a ameaça cada vez mais presente de proletarização do magistério devido ao surto inflacionário desencadeado no governo Juscelino Kubitschek, o CPP alterou completamente a forma de encaminhar as reivindicações da categoria. Passou a empregar

⁶ Este dado foi extraído do Anuário 1962 (1964, p. 12) e refere-se a escolas estaduais, municipais e particulares.

estratégias mais agressivas, como a organização de campanhas salariais, nas quais havia a mobilização do professorado em atos públicos e que culminaram na realização da primeira greve do magistério paulista, em 1963. A adoção de novas formas reivindicatórias fez com que o discurso veiculado pelo CPP acerca da profissão docente, calcado na nobreza da missão do professor e na abnegação com que “o magistério bandeirante” se dedicava à causa educativa, incorporasse aspectos de um modelo profissional de trabalho (Pereira, 1963), incluindo a remuneração condigna como condição para que o professor desempenhasse bem a sua função.

A Revista do Professor e os rostos que habitavam a publicação

Antes de passar à análise da forma pela qual o professorado era representado imagetivamente na *Revista do Professor*, é relevante explicitar que a publicação funcionava como a principal instância de propaganda da sua rede de serviços e da atuação de seus líderes, assim como realizava o que Bourdieu (1983) denominou “hagiografia do campo”. Nesse sentido, eram publicadas breves descrições da carreira de professores em atividade,

exaltando suas qualidades morais e profissionais, e biografias de velhos mestres ou de professores falecidos tidos como exemplos para o magistério, em geral ilustradas com fotografias. Os professores apareciam também em matérias sobre bailes, excursões e outras atividades recreativa promovidas pelo CPP. Em algumas ocasiões, eles ganharam visibilidade nas capas da revista, ilustradas por desenhos de seu diretor artístico Moacyr Campos, os quais, no final dos anos 50, foram substituídos por fotografias.

Quanto ao caráter hagiográfico da publicação, convém esclarecer que o esforço da *Revista do Professor* para estabelecer uma base comum de valores e personalidades a serem cultuados pela categoria como um todo deve ser compreendido no âmbito do processo de constituição da “memória coletiva” do magistério, mediante a qual, segundo Michael Pollak, “se fundamenta e reforça os sentimentos de pertencimento” ao grupo, ao mesmo tempo em que o diferencia dos demais. A esse respeito, Pollak, baseando-se em Halbwachs, chama a atenção para o caráter seletivo de qualquer memória, observando que há uma espécie de

“negociação para conciliar memória coletiva e memórias individuais” que torna fundamental o estudo sobre “os processos e os atores que intervêm no trabalho de constituição e de formalização das memórias” (Pollak, 1989, p. 3-4). Assim, o CPP definia as qualidades que tornavam determinado professor digno de “ingressar para a história do magistério bandeirante” - expressão freqüentemente empregada pelo periódico - estabelecendo uma hierarquia entre os professores mediante o espaço concedido a cada um dos profissionais retratados, que distinguia “os grandes vultos do professorado” daqueles que foram relegados a segundo plano. Tal hierarquização aparecia não só nas diferenças relativas às qualidades exaltadas, mas também nos aspectos que organizavam a leitura e que constituíam o que Chartier denominou “suporte do texto”: as disposições tipográficas, a diagramação das páginas, as fotografias e as ilustrações. Em seu dizer, “é necessário recordar vigorosamente que não existe nenhum texto fora do suporte que o dá a ler, não há compreensão de um escrito, qualquer que ele seja, que não dependa das formas através das quais

ele chega ao leitor” (Chartier, 1990, p. 127).

A obra de Roland Barthes *A câmara clara* é de extrema relevância para o estudo que ora empreendemos, pois examina as reações desencadeadas pela fotografia no *spectator*, aquele que a vê. Vale dizer que Barthes constrói sua análise numa perspectiva subjetiva, comentando fotografias que se tornaram significativas para ele, de modo a caracterizar os elementos que fizeram com que elas chamassem a sua atenção e marcassem a sua memória visual e afetiva. Embora a natureza das imagens de professores encontrados na *Revista do Professor* seja bastante diversa da daquelas analisadas por Barthes, as suas reflexões possibilitaram nos tecer considerações acerca dos efeitos que poderiam produzir nos leitores do periódico, apesar de não dispormos de informações a esse respeito. Sabemos apenas que os associados o recebiam gratuitamente.

Na obra citada, Barthes estabelece dois elementos para a análise da fotografia: o *studium* e o *punctum*. O primeiro vincula-se à nossa cultura e às informações contidas na foto, referindo-se, assim, ao “campo muito vasto (...) do interesse diversificado”.

Desse modo, “o *studium* é uma espécie de educação (saber e polidez)” mediante a qual é possível conhecer “o *operator* [o fotógrafo], viver os intentos que fundam e animam suas práticas, mas vivê-las de certo modo ao contrário, segundo meu querer de *spectator*” (Barthes, 1984, p. 47 e 48). O *punctum*, por sua vez, acaba por “quebrar (ou escandir) o *studium*”, pois parte “da cena, como uma flecha, e vem me transpassar”, constituindo, assim, “pontos sensíveis, marcas, feridas que pungem, podendo também mortificar e ferir” (p. 46). A sua força de expansão pode decorrer tanto de seu caráter metonímico quanto de “um detalhe que preenche toda a fotografia” (p. 73). Enquanto “o *studium* está, em definitivo, codificado, o *punctum* não”, pois “pela marca de *alguma coisa*” faz com que a foto não seja “mais *qualquer*. Esse *alguma coisa* deu um estalo”, provocando “um pequeno abalo” (p. 80 e 77).

Pode-se dizer, portanto, que o *punctum*, apesar de seu caráter subjetivo, constitui um elemento raro nas fotos expostas pela *Revista do Professor*, as quais facilmente seriam associadas às fotografias que causam indiferença, como as fotos de

reportagem que, segundo Barthes, não têm *punctum* e “são recebidas (de uma só vez), eis tudo. Eu as folheio, não as rememoro; nelas, nunca um detalhe (em tal canto) vem cortar minha leitura: interesse-me por elas (como me interesse pelo mundo), não gosto delas” (id. p. 67).

Para Barthes, tais fotos exemplificam o que ele chama de “fotografia unária”, que “tem tudo para ser banal, na medida em que a ‘unidade’ da composição é a primeira regra da retórica vulgar (e especialmente escolar): o tema, diz um conselho aos fotógrafos amadores, deve ser simples, livre de acessórios inúteis; isso tem um nome: a busca da unidade”, semelhantemente às fotos publicitárias, cujo “sentido só deve ser claro em virtude de sua natureza mercantil”, fugindo, assim, ao caráter subversivo da fotografia que se manifesta apenas “quando [ela] é *pensativa*” (p. 66 e 62).

Nessa perspectiva, deve-se considerar a natureza da fotografia que, ainda segundo Barthes, reproduz ao infinito aquilo que “só ocorreu uma vez: ela repete mecanicamente o que nunca mais poderá repetir-se existencialmente” (id., p. 13). Em seu dizer, “a fotografia não rememora o passado”, pois o seu

efeito não “é o de restituir o que é abolido (pelo tempo, pela distância), mas o de atestar que o que vejo já existiu”, de modo que ela não pode mentir quanto à existência do que foi fotografado, apesar da possibilidade de alterar o seu sentido “na medida em que por natureza é tendenciosa” (p. 123 e p. 129). Isto se deve à necessidade de o referente ser colocado diante da objetiva para que haja fotografia, diferentemente de outros sistemas de representação que podem “simular a realidade sem tê-la visto”. A fotografia, segundo Barthes, não é uma cópia do real, mas sim “uma emanção do real passado”, cujo “poder de autenticação sobrepõe-se ao poder de representação” (p. 114-115 e 132). Cabe observar, porém, que, pelo fato de ter-se detido no ponto de vista do *spectator*, o autor não comenta os recursos de que dispõe o fotógrafo - o *operator* - para dar significado às imagens fotográficas.

A esse respeito, é importante mencionar o artigo de Walter Benjamin “Pequena História da Fotografia”, no qual ele discute o papel desempenhado pelos recursos técnicos - tais como “controle do tempo, ampliações” - nos efeitos provocados pela fotografia. Sem

nos aprofundarmos em suas considerações, convém ressaltar que para ele, após 1880, “os fotógrafos viam, no entanto, a sua tarefa muito mais em simular a aura - aura que, por sua natureza, com a eliminação do escuro através de objetivas mais sensíveis à luz, foi suprimida tão rigorosamente quanto a crescente degeneração da burguesia imperialista a havia suprimido da realidade; eles encaravam como sendo tarefa sua criar a ilusão de haver essa aura, utilizando-se para isso de todos os artifícios do retoque, mas especialmente através da assim chamada *gommage*. Desse modo, sobretudo no *art nouveau*, a moda foram os tons crepusculares, percorridos por reflexos artificiais; mas, apesar da penumbra, delineava-se cada vez mais nítida uma pose, cuja rigidez traía a impotência dessa geração ante o progresso tecnológico” (Benjamin, 1985, p. 226).

Numa perspectiva distinta, Barthes analisa a pose fotográfica a partir do referente - aquele que é fotografado -, lembrando que ela o torna “todo-Imagem, isto é, a Morte em pessoa”, a despeito dos esforços do fotógrafo para evitar que isto ocorra. Em seu dizer, “os outros - o Outro - desapropriam-me de mim mesmo, fazem de mim, com

ferocidade, um objeto, mantêm-me à mercê, à disposição, arrumado em um fichário” (Barthes, 1984, p. 29). Assim, a fotografia ao mesmo tempo em que imortaliza o referente, fazendo com que a sua imagem rompa a fronteira da morte, acaba por introduzir a morte transformando-o em imagem. Tal fato é preponderante quando o referente se vê diante da câmera, pois ele se esforça para transmitir a melhor imagem de si próprio, buscando o melhor julgamento daqueles que a verão posteriormente. No dizer de Barthes, diante da objetiva, “fabrico-me instantaneamente um outro corpo, metamorfoseo-me antecipadamente em imagem. (...) Uma imagem - minha imagem - vai nascer: vão me fazer nascer de um indivíduo antipático ou um ‘sujeito distinto’? Se eu pudesse ‘sair’ sobre o papel como sobre uma tela clássica, dotado de ar nobre, pensativo, inteligente, etc.” (p. 22-23).

É justamente a partir dessa observação de Barthes sobre o ato de posar para fotografias que iniciamos nossas considerações sobre os retratos, na maioria das vezes 3 x 4, que acompanhavam as matérias da *Revista do Professor* destinadas a tornar conhecida a carreira de um mestre, a

homenageá-lo, ou ainda, a noticiar seu falecimento. Não se sabe se tais fotografias foram tiradas especialmente para a revista ou se os professores retratados as entregaram ao CPP na época de sua filiação - neste caso, pode ser que elas tivessem outras destinações que não a de serem arquivadas na entidade. Mesmo sem a resposta a estas perguntas, é possível observar que, de modo geral, os professores e as professoras - estas retratadas em menor número pela publicação, embora constituíssem a maioria do magistério paulista desde os anos 30 - apareciam com um semblante rígido e o olhar compenetrado, talvez no intuito de mostrar uma feição adequada a um membro do “magistério bandeirante”: austero, dedicado, ciente da importância de sua missão. Em boa parte das fotografias, os professores posaram com a cabeça levemente inclinada - o que talvez procurasse disfarçar o espanto causado pelo registro fotográfico, quase sempre presente no olhar assustado daqueles que ficavam frente a frente com a câmera. Nessa leve inclinação, pode-se notar a tentativa de assumir um ar grave, de alguém que pretendia inspirar respeito e apresentar-se de acordo

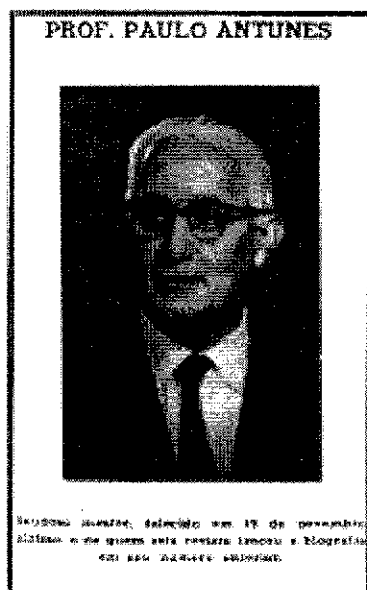


Fig. 1: Revista do Professor, nº 61, jan-fev/1961, p. 13.

com a nobreza de sua atividade profissional, correspondendo, assim, à concepção sobre a profissão docente veiculada pelo periódico.

Ilustra esse tipo de pose a fotografia (figura 1) de Paulo Antunes, professor aposentado como delegado de ensino, publicada no nº 61 (jan-fev/1961) para completar a notícia de seu falecimento, veiculada no número anterior juntamente com a sua biografia, mas sem a imagem de seu rosto. Excepcionalmente maior que as outras, a sua fotografia deixava transparecer uma certa tranqüilidade e uma preocupação com a própria aparência, que a gravata torta acabou

por tumultuar. Ao publicar a sua biografia, a *Revista do Professor* (nº 60, dez/1960, p. 36) exaltou o fato de ele ter dedicado “toda a sua vida ao magistério”, traço quase sempre assinalado nos textos que celebravam a vida de um(a) professor(a), e ressaltou, ainda, a sua atuação como escritor, registrando que ele havia deixado “inéditos, vários trabalhos didáticos”, e que havia sido um “poeta inspirado”, razão pela qual a revista publicava, para homenageá-lo, um poema seu, de 1918.

Em outra ocasião, sob o título “Recordando os lutadores: Matilde Vieira” (nº 19, maio/1937, p. 11), a *Revista do Professor*, ainda em sua



Fig. 2: Profª Matilde . Revista do Professor,
nº 19, maio 1937, p. 11

primeira fase, dedicou uma homenagem de página inteira a essa professora, que havia falecido em 1933, e cujo retrato oval (figura 2) e de tamanho médio foi destacado no centro da página, tendo ao seu redor um texto. Pelo fato de essa professora ter dedicado 47 anos de sua vida ao “trabalho árduo e penoso da educação popular”, o CPP solicitava ao Governo do Estado que desse “seu nome ao Grupo Escolar de Avaré, que ela dignificou com seu esforço sem limites, com sua fé inquebrantável nos altos destinos de São Paulo”.

Diferentemente de Paulo Antunes, Matilde Vieira foi objeto de um artigo cheio de adjetivos que a qualificaram como “um exemplo de fixação ao seu meio”, identificando-a aos “infatigáveis trabalhadores do ensino paulista”. Por meio de aspectos ligados ao sacrifício e ao apostolado - zelo, carinho, esforço, dedicação, etc - a revista caracterizou Matilde como uma “lutadora admirável e inflexível” no desempenho do “seu sacerdócio no interior do estado”, arrolando as qualidades recomendáveis a um

professor exemplar, as quais deixavam entrever que o magistério primário exigia uma dedicação ilimitada e um forte espírito de luta.

Cabe aqui evocar o artigo de Gilson R. de Medeiros Pereira que, embora se refira ao discurso veiculado pela *Revista do Ensino*, da Associação Beneficente do Professorado Público de São Paulo (1902-1919), analisa uma estratégia que também se fez notar nos textos por meio dos quais a *Revista do Professor* celebrava a vida dos mestres paulistas. O autor salienta o fato de a carreira docente ser “classificada a partir de um conjunto de atributos que, embora aparentemente negativos, são usados para enobrecê-la”, numa tentativa de eufemizar as desvantagens “de uma profissão que, na época, era percebida pelos agentes do próprio campo educacional como de baixa rentabilidade econômica e de reduzidas gratificações simbólicas” (2000, p. 13 e 7). Mas, ao definir Matilde como “intrépida gladiadora do ensino”, o texto da revista contrastava com a sua imagem, que exibia um olhar um pouco distante, uma leve discrição e um esboço de sorriso, deixando entrever uma certa candura e uma quase indiferença ao fato de ser fotografada. A sua fotografia, porém,

evidenciava uma produção destinada a assegurar o registro da melhor imagem para a posteridade: cabelo cuidadosamente penteado, roupa escolhida para uma situação especial, enfeites, etc., exemplificando uma característica marcante de boa parte das fotos publicadas.

Como contraponto a esse tipo de foto, temos a de Lydia (nº 61, jan-fev/1961, p. 13), a qual acompanhava a notícia de seu falecimento num pequeno destaque, localizado à esquerda do fim da página: pela parte do vestido que pode ser vista no retrato 3 x 4 e pela ausência de qualquer enfeite, infere-se que não houve preparação especial para o registro fotográfico. Em meio aos rostos publicados pela *Revista do Professor*, tal foto (figura 3) chama a atenção em virtude de sua crueza e da maneira pela qual Lydia encarou a câmera, como se a enfrentasse, com o olhar firme e a fisionomia rígida, parecendo não se importar com a impressão que aquela imagem iria causar a seu respeito, embora o seu semblante fosse bastante eloqüente a ponto de explicar a ausência de adjetivos em sua biografia. Fugindo de seu tom grandiloqüente, a revista foi vaga ao registrar os dados

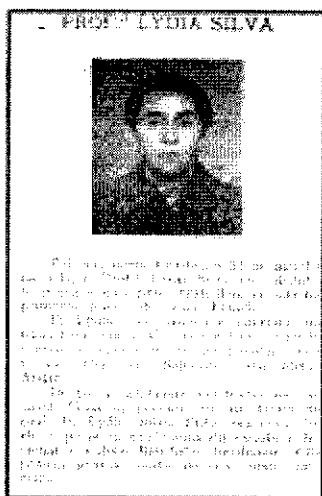


Fig. 3: Revista do Professor, nº 61, jan-fev 1961, p. 11.

de sua vida profissional e destacou apenas um único aspecto do qual ela se orgulhava "dentre as anotações existentes na sua vasta folha de serviço": o fato de ter sido "a primeira professora diplomada a lecionar em José Bonifácio". Assim, o periódico do CPP estabelecia uma hierarquia entre os professores que acabava por separá-los entre "pequenos" e "grandes mestres", elegendo aqueles que eram dignos de alguma deferência, tanto através das imagens de seu rosto quanto das qualidades enaltecidas. Mas ao fazê-lo, a publicação também constituía os valores comuns à categoria, pelo menos para aqueles que se sentiam identificados com o ideário divulgado pela associação.

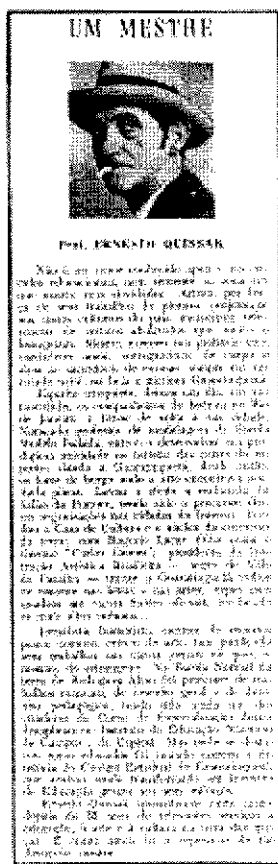


Fig. 4: Revista do Professor, nº 34, set 1957, p. 4.

Nessa perspectiva, é interessante notar o caso de Ernesto Quissak, cujo retrato (figura 4), publicado na seção "Um Mestre" da *Revista do Professor* (nº 34, set/1957, p. 4), fugia completamente do padrão que caracterizava o periódico, pelo fato de o professor estar com chapéu e cigarro no canto da boca. Diferentemente da de Lydia, a fotografia de Ernesto

evidenciava uma preocupação com a imagem que ficaria a seu respeito, mas tal imagem destoava das características que a revista considerava apropriadas a um 'bom professor'. Além de posar com chapéu e cigarro, Ernesto olhava para a objetiva de esguelha, parecendo estar um pouco inclinado, como se quisesse lembrar um astro de cinema. A dissonância desse professor fora notada pelo periódico, pois a biografia publicada a seu respeito, apesar de recorrer aos valores habitualmente utilizados para exaltar as qualidades dos professores, definindo-o como artista e "mestre [que] exerceu sua profissão com verdadeiro amor, entregando-se de corpo e alma ao sacerdócio de ensinar", referia-se ao seu espírito irrequieto" e aos seus amigos da boemia carioca.

Resta-nos indagar o porquê de sua inclusão nas páginas da *Revista do Professor*, que publicou, por ocasião de sua morte, uma biografia com destaque semelhante ao da seção "Um mestre" e a mesma fotografia. Talvez os postos alcançados por Ernesto no magistério público tenham sido decisivos para que ele não fosse excluído e também para que o artigo não fizesse sequer uma vaga referência às "anotações de sua folha de serviço", como ocorrera com Lydia. Embora este não seja o objetivo

deste trabalho, cabe notar as diferenças relativas à exaltação de professores e professoras concernentes às especificidades de sua vida profissional, apontadas por Demartini e Antunes (1993). Para essas autoras, apesar de o magistério primário ser uma profissão predominantemente feminina, os altos postos da carreira eram ocupados por homens, que logo abandonavam "o espaço 'feminino' das salas de aulas" - o que, de certo modo, se reproduziu na diretoria do CPP, que contou com poucas mulheres em seus quadros.

Entretanto, pode-se dizer que algumas das imagens de professores comentadas até aqui, cheias de expressividade - ou, no dizer de Barthes, dessa "coisa exorbitante que induz do corpo à alma" e que despojada "de qualquer 'importância' (...) exprime o sujeito, na medida em que ele não se dá importância" (1984, p. 160) - destacaram-se daquelas que, marcadas pela semelhança, quase desapareciam no conjunto da publicação. Nesse sentido, é impossível não se questionar quanto à reação que provocavam nos seus leitores. Será que os rostos de professores que habitavam o periódico despertavam interesse ou eram vistos com indiferença? Será que os leitores se

sentiam identificados, ao ver a imagem de outro professor na revista, ou então, sentiam-se reconfortados com a possibilidade de ver também o próprio rosto retratado no órgão informativo do CPP e ter seus esforços reconhecidos pelo menos nessa esfera? Talvez, para professores praticamente anônimos, o fato de ganhar visibilidade nas páginas da *Revista do Professor*, com retrato e biografia, ainda que breve, significasse uma recompensa simbólica para a sua atuação no magistério e, nesse caso, a revista funcionava como uma instância de celebração dos “pequenos mestres” - designação que demos, num trabalho em conjunto com R. S. G. Lugli, àqueles que não ocuparam posições de destaque no campo educacional, mas tiveram um pequeno registro de sua vida profissional no periódico da entidade representativa da categoria.⁷

Por outro lado, é importante considerar que o espaço dedicado aos professores na *Revista do Professor* era restrito à imagem dos seus rostos e à de pequenos grupos, nos quais apareciam de corpo inteiro e, geralmente, sorridentes, utilizando os serviços oferecidos pelo CPP tais como excursões, bailes e congressos. Neste último caso, vale ressaltar que a

individualidade dos mestres desaparecia para realçar a excelência da “associação de classe”. Na maioria dessas fotos - em geral, distribuídas entre os artigos do periódico -, havia uma tentativa de exibir um clima de felicidade, associando-o às ocasiões nas quais os professores se reuniam nas atividades promovidas pelo Centro. É o que ocorre com a foto do baile realizado para a inauguração do salão de festas da entidade, em 1938 (figura 5) - tirada do alto, de modo a mostrar não só os casais elegantemente vestidos dançando, mas também o palco com a orquestra - publicada nos anos 50, em meio às resenhas de livros que constavam da seção “Biblioteca Pedagógica”, ilustrando, também, o saudosismo que tomou conta da revista após a morte de Sud Mennucci. Conforme veremos, somente a partir de 1958 os professores passaram a aparecer reunidos, em número bem maior e em imagens que, em vez de procurar

⁷ Tais seções eram: “Um mestre” (1953-59), substituída por “Nosso fichário” e “Patronos de escolas paulistas” - de conteúdo semelhante e em vigor até 1965 - e, com o mesmo teor, mas menor regularidade “Os Grandes mestres” (nº 5-6), “Um mestre do passado” (nº 41-42 e 50) e “Os nossos mortos” (nº 16, 18, 24-25, 27-28, 33, 35). O referido trabalho, “A Produção da Memória do Centro do Professorado Paulista e a Celebração dos Pequenos Mestres”, foi apresentado no III Congresso de História de la Educación Latinoamericana, Venezuela, 1996.



Fig. 5: Revista do Professor, nº 4, maio 1950, p. 13.

deixar transparecer esse "clima de felicidade", pretendiam mostrá-los unidos em torno da luta contra a ameaça de proletarização da categoria.

As capas da Revista do Professor: das ilustrações do mestre-escola feliz com os serviços oferecidos pelo CPP às fotografias da massa de professores nas manifestações de rua

Como já foi dito, as capas da revista até maio de 1959 (Ano XVII, nº 45) foram ilustradas por desenhos de Moacyr Campos, diretor artístico do periódico em sua primeira fase (1934-39), que assumiu sozinho o seu comando após o

falecimento de Sud Mennucci, até então responsável pela direção da publicação. Campos era responsável pelas inúmeras ilustrações que caracterizavam a revista e pelos artigos que traziam a biografia dos "grandes vultos da história nacional" – como, por exemplo, Santos Dumont, Olavo Bilac, Marechal Deodoro da Fonseca e Carlos Gomes - e, com menor freqüência, de educadores que se tornaram notáveis pela sua atuação na Primeira República (Caetano de Campos, João Kopke e Arnaldo Barreto), cujos retratos (também de sua autoria) eram expostos na capa. Em alguns números (nº 4, maio/1950 e nº 23, fev/1955),

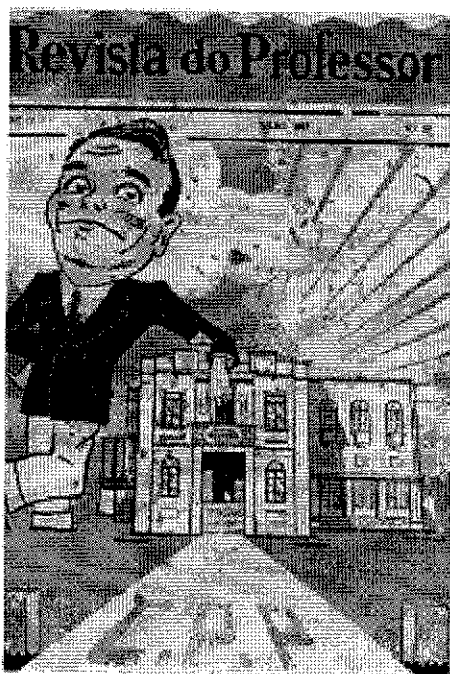


Fig. 6: Capa da Revista do Professor, nº 20, jul 1937. (tamanho reduzido)

Campos procurou representar simbolicamente o CPP e, após a morte de Sud Mennucci, produziu gravuras destinadas a cultuar a sua memória, dentre as quais se destacou a da capa do primeiro número da segunda fase do periódico (maio/1949), quase todo dedicado a homenageá-lo, denominada "A Criação e o Criador".⁸ Assim, os professores comuns, ou seja, aqueles que lecionavam nos grupos escolares ou nas escolas isoladas, até o final dos anos 50 não tiveram espaço na capa - lugar de destaque - da *Revista do Professor*, exceto em duas ocasiões em que, para

enaltecer as realizações do CPP, o desenho de M. Campos incluiu a figura genérica do professor para mostrar a sua satisfação diante dos benefícios proporcionados pelo Centro.

Antes de comentá-las, porém, convém informar que, no corpo da publicação ou na contra-capas, havia um destaque, intitulado "Nossa capa" (também

⁸ A gravura *A Criação e o Criador* contou com a seguinte explicação: "aquela, o CPP - casa do professor - este, Sud Mennucci, o mestre sempre lembrado, luzeiro de sua classe e orgulho de sua terra". Cabe explicitar que, neste texto, optei por deixar de lado as imagens relativas à figura dos presidentes do CPP que, embora professores, exigem uma análise que dê conta do personalismo de suas lideranças.

denominado "A capa deste número"), no qual se explicitava o significado do desenho daquele número ou se justificava a escolha do retratado, exaltando as suas qualidades. Embora se refira à "organização da imagem humorística", Marcos A. da Silva chama a atenção para "a explícita codificação do espaço, controlado por palavras ou articulações entre imagens". Em seu dizer, "a dependência da imagem em relação à palavra (...) para alcançar o efeito humorístico tanto se reporta à desvalorização da capacidade autônoma da visualidade quanto sugere um receio de perder o controle sobre os deslizamentos de significações em que se baseia a produção de humor visual" (Silva, 1990, p. 53-54). Embora as ilustrações de M. Campos não tivessem caráter humorístico, são dignos de nota a sua preocupação em conduzir a interpretação que seus leitores pudessem fazer delas e o fato de o texto explicativo, em alguns casos, tentar compensar o caráter genérico dos traços, dotando-os de sentidos que os recursos visuais por si sós não explicitavam.

Tal é o caso do desenho de Campos (figura 6, na página anterior) que ilustrou a capa do número especial de julho de 1937 (nº 20), inteiramente dedicado às realizações de Mennucci

durante o seu primeiro mandato. O desenho referia-se à sede própria adquirida em 1936, à qual o periódico deu grande visibilidade como a sua mais recente conquista, publicando inúmeras fotos das obras realizadas no local e diversas ilustrações que pretendiam mostrar como ficaria o prédio após a sua reforma. Segundo a revista, a capa mudava "de feição apresentando-se no tom caricatural que tão bem expressa a jovialidade e engalanada pela garrulice de cores em contraste. Acompanha, assim, a alegria do professor que, cômico de já possuir a SUA CASA, apóia-se no Centro do Professorado Paulista - para o qual ele contribuiu com seu auxílio - exclamando cheio de justo *orgulho e confiança*: - "É aqui a minha casa!". Num fundo laranja que recobria toda a capa, preenchida com detalhes que acusavam um excesso de traços, o desenho de Campos exibiu um professor, cujo tamanho foi desproporcionalmente ampliado em relação à nova sede, sugerindo a sua grandeza após a mais recente conquista de sua associação. Nesse caso, a representação do professor é totalmente idealizada, sem relação com as suas condições concretas de trabalho e subordinada a uma suposta vinculação com

o Centro, que foi reforçada pelo texto com a referência aos sentimentos de orgulho e confiança. Aliás, só sabemos que a figura representada era a de um professor por causa da informação da revista, pois nada havia que o caracterizasse como tal.⁹

De características semelhantes, temos a capa (figura 7) do nº 13 (ago/1952) sobre a Colônia de Férias Sud Mennucci, criada em 1950, e que, segundo a *Revista do Professor*, tinha ao fundo a praia de Mongaguá “e, no primeiro plano, o mestre-escola, satisfeito, envolto num ambiente de paz e camaradagem, que agradece intimamente aos administradores capazes que lhe ofereceram tão grata oportunidade” (p. 38). Campos, nessa ilustração, também retratou o professor de forma idealizada, dando-lhe um semblante tranqüilo, com o intuito de enaltecer o serviço proporcionado pelo CPP - o que o texto simplesmente reiterou. Vale ressaltar ainda que, ao comentar o desenho, o periódico reforçava o entendimento de que o professor primário ou mestre-escola, como era designado na época, era a base da associação. Convém notar que, diferentemente das mulheres ao fundo, o professor não estava com traje de banho, mas sim com calça e camisa de manga comprida e, em vez de ir à praia,

lia um livro e usava óculos. Talvez tenhamos aqui o retrato do professor dedicado ao seu ofício que, mesmo nas férias, entregava-se a atividades intelectuais, chegando a “destoar” do meio em que se encontrava. Cabe, por fim, ressaltar a representação masculina numa profissão que era constituída majoritariamente por mulheres, retomando a observação de Demartini e Antunes, já mencionada.

Os desenhos de Moacyr Campos que ilustravam as capas da *Revista do Professor* foram substituídos, em julho de 1959 (nº 46), por fotos de antigos presidentes do CPP, de educadores famosos (Lourenço Filho, por exemplo) e de encontros do presidente da entidade

⁹ “Um quadriênio de realizações. Em marcha rápida e vitoriosa, o CPP vai atingindo sua finalidade: prédio próprio; obras novas e complementares; grande salão de festas; criação dos Departamentos de Saúde, Cultura e Turismo; Biblioteca; Revista do Professor”. Ano IV, nº 20, jul/1937, p. 1-20. Ver, ainda, sobre a sede: “As novas instalações do CPP”. Ano III, nº 17, nov/1936, p. 3-7; “As obras de reconstrução do CPP”. Ano IV, nº 19, maio/1937, p. 3-5; “As novas obras da sede social.” Ano VI, nº 22, nov/1939, p. 2-5 e o nº 21 (out/1937) em que fotos da sede foram distribuídas entre os diversos artigos da revista. Convém mencionar aqui a análise realizada por Jacqueline Freyssinet-Dominjon (1996) a respeito das imagens docentes presentes no *Le Monde de l'Éducation* na qual foram localizados os traços que identificavam os professores fora de seu ambiente de trabalho, tais como óculos, pastas etc.

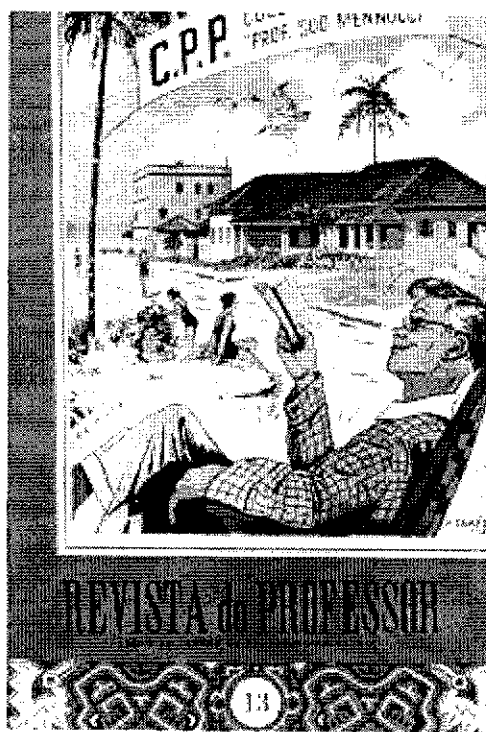


Fig. 7: Capa da Revista do Professor, nº 13, ago 1952 (tamanho reduzido)

com políticos, como por exemplo, Jânio Quadros. Tal mudança deu-se no âmbito de um processo que pretendia adaptar a revista à natureza das atividades desenvolvidas pelo Centro após a ascensão de Sólton Borges dos Reis, e que acabou por levar à sua substituição pelo jornal *O Professor* em 1965. Nesse processo, Campos perdeu prestígio na organização do periódico, pois a direção ficou a cargo de uma equipe da qual ele participava com Sólton Borges dos Reis, Luís Horta Lisbôa e Jair Augusto de Oliveira, e foram extintos

seus artigos sobre a biografia de “grandes vultos da história nacional”. A nova equipe procurou dar à revista um tom mais noticioso, permitindo aos associados acompanhar o andamento das negociações travadas entre o CPP e o Estado no âmbito das campanhas salariais que se estendiam por longos períodos e, através do destaque às imagens das concentrações de milhares de professores, procurava-se ampliar a adesão ao movimento. Por isso, tentou-se alterar a periodicidade da revista, que havia sete anos era editada regularmente

de 3 em 3 meses, tornando-a mensal - o que só foi alcançado com certa regularidade em 1960, quando foram realizadas as eleições para a diretoria do Centro.

É justamente a partir dessa tentativa de reformulação da revista que os professores passaram a aparecer não só nas seções destinadas a divulgar a carreira de 'um mestre', nos necrológios e nas imagens das atividades recreativas organizadas pelo CPP, mas também nos atos públicos promovidos no âmbito das campanhas salariais. Convém notar aqui que, após a redemocratização iniciada em 1945, o populismo desenvolveu-se no Brasil sobretudo nos grandes centros urbanos, fazendo, segundo Weffort, com que camadas mais amplas da população fossem incorporadas ao processo político como forma de legitimação do Estado e a mobilização das massas assumisse uma configuração bastante distinta daquela que caracterizou as grandes comemorações promovidas pela ditadura estadonovista. No dizer do autor, "o populismo foi um modo determinado e concreto de manipulação das classes populares, mas foi também um modo de expressão de suas insatisfações. Foi, ao mesmo tempo, uma forma de estruturação do poder para

os grupos dominantes e a principal forma de expressão política da emergência popular no processo de desenvolvimento industrial e urbano. (...) Esse estilo de governo e comportamento político é essencialmente ambíguo e, por certo, deve muito à ambigüidade desses políticos divididos entre o amor ao povo e o amor ao poder" (Weffort, 1978, p. 62-63).

Nesse quadro político, o processo reivindicatório do magistério alterou-se significativamente, envolvendo a mobilização da categoria em atos públicos, além de ter-se transformado, desde a primeira concentração em 1958 até a greve de 1963, como revelam as imagens a esse respeito. A primeira campanha, "Mais prédios para as escolas, melhores vencimentos para os professores", além de reivindicar um reajuste salarial, exigia a construção de novos prédios escolares para suprir o aumento da demanda, que se ampliava com o processo de urbanização e industrialização do país, a fim de melhorar as condições de trabalho prejudicadas por classes superlotadas e instalações precárias. As fotografias publicadas pela *Revista do Professor* (nº 40, jul/1958) sobre a concentração, realizada no Teatro Municipal em 05/5/1958, que marcou o início da campanha, exibiram

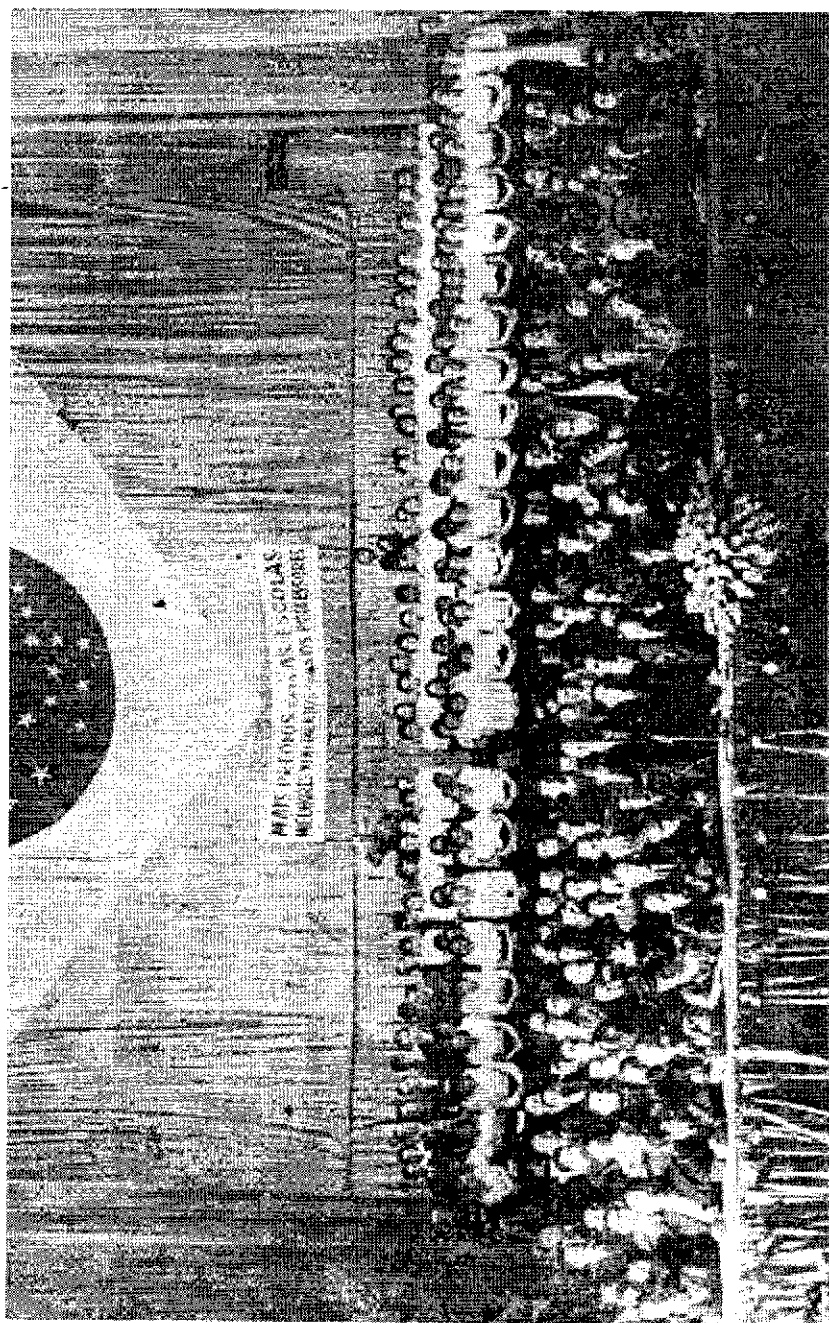


Fig. 8 Revista do Professor, nº 40, jul/1958, p. 6.



Fig. 9: Revista do Professor, nº 40, jul/1958, p. 30.

apenas um palco ordenado, tendo a bandeira do Brasil ao fundo e três professores carregando bandeiras em um desfile, dois dos quais bastante sérios (figuras 8 e 9), sem vínculo com qualquer texto. No número seguinte (nº 41, set/1958), a revista publicou o artigo “Recebido o professorado paulista pelo Governador”, no qual foi transcrito o memorial entregue a Jânio Quadros. A imagem inicial da matéria unia a foto do governador recebendo representantes do Centro, com Sólton Borges dos Reis à frente, e a dos professores que ficaram, no dizer da revista, aglomerados diante do Palácio dos

Campos Elísios (figura 10). Assim, as imagens divulgadas sobre a primeira campanha salarial, além de reiterar o caráter cívico do movimento, limitaram-se aos encontros dos líderes do CPP com o governador e aos professores dispersos esperando o resultado desses encontros.¹⁰

¹⁰ Além do CPP, participaram deste movimento outras entidades docentes, a saber: APESNOESP, UPP (União do Professorado Paulista), Associação dos Ex-alunos da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP, Liga do Professorado Católico, União dos Diretores do Ensino Médio Oficial do Estado de São Paulo (UDEMO), Associação dos Professores de Educação Física (APEF) e Associação dos Técnicos em Educação (ATE).



Fig. 10: Revista do Professor, nº 41, set/1958, p. 7.

Cabe salientar que a ênfase no caráter cívico do movimento constituiu a tônica das campanhas salariais empreendidas pelo CPP no período estudado, fazendo-se presente na argumentação mediante a qual se reivindicavam melhores vencimentos para os professores. Nesse sentido, alertava-se para o fato de a luta do magistério ser em prol de toda a sociedade brasileira. Argumentava-se que o progresso do país estava subordinado à educação popular, cujo desenvolvimento dependia inteiramente do professor, que precisava ser bem remunerado, como

indicavam os *slogans* da campanha de 1961: “Escola primária alicerce da nação” e “Professores bem pagos, escolas melhores”. Nesse sentido, ressaltava-se que o desempenho do professor era afetado pelo baixo salário, que, insuficiente para o sustento de sua família e para o seu aperfeiçoamento profissional, impedia-o de se dedicar plenamente à docência. Sobre essa questão, é extremamente significativo o *slogan* incorporado à campanha em 1962 - “Não há dinheiro que pague o trabalho do professor, mas esse trabalho deve ser pago também com

dinheiro” -, que uniu aspectos percebidos como contraditórios numa visão sacerdotal do trabalho docente, pois, apesar de reconhecer a impossibilidade de se recompensá-lo apenas financeiramente, defendeu a necessidade de se remunerá-lo condignamente. Cabe evocar aqui a análise de Medeiros Pereira quanto à “recusa, ora velada, ora explícita, da dimensão econômica da vida social”, presente na “alquimia simbólica de (...) proclamar o desinteresse”, encobrendo o interesse “em nome de valores sublimes, intangíveis, graves e sacerdotais”, que caracterizou o discurso sobre a profissão docente durante a delimitação do espaço profissional do magistério paulista no início do século (2000, p. 3-5). Desse modo, o autor acabou por evidenciar um traço da visão sacerdotal da docência que se manteve mesmo após o início do século, mas que, em certa medida, foi contestado pelas campanhas salariais do professorado, que deram visibilidade à concepção do professor como profissional e à questão da remuneração da categoria.

Embora a campanha de 1958 tenha contribuído para a instituição do Fundo Especial de Construções Escolares, sob a direção de Carlos Pasquale, as reivindicações salariais não foram atendidas, fazendo com que o CPP desse continuidade

à luta por melhores vencimentos. Mereceu grande destaque da *Revista do Professor* (nº 63, maio-jun/1961) a campanha “Mais verbas para educação”, lançada em 12/05/1961 com a “Marcha do Professorado”. O periódico deu ampla cobertura à Marcha, procurando divulgar ao máximo imagens da mobilização do magistério nas ruas de São Paulo e do encontro ocorrido entre os dirigentes do CPP e o Governador Carvalho Pinto. Desde a capa (figura 11) - dividida entre uma imagem do referido encontro e a dos professores, com destaque para a faixa apontando para a necessidade de uma melhor remuneração - até uma matéria de três páginas, composta basicamente por fotos do movimento, descrito como uma “avalanche de [milhares] professores da capital e do interior [que] inundou as dependências do Palácio dos Campos Elísios”. Além de enumerar os *slogans* da campanha inscritos nas faixas dos manifestantes, já mencionados, a matéria também reproduziu a imagem de Sólton Borges dos Reis discursando “em nome da classe”. Segundo a revista, ele havia ressaltado que “o magistério do Estado é disciplinado, respeita e faz respeitar as autoridades, mas que o cumprimento dos deveres dos professores não é incompatível com a luta pela defesa de seus legítimos direitos”.



Fig. 11: Capa da Revista do Professor, nº 63, maio-jun/1961.

Nessa ocasião, o periódico apresentou as primeiras imagens, exemplificadas pela figura 12, do professorado manifestando-se nas ruas por melhores salários, nas quais a legenda exaltava a “determinação do magistério paulista”. As fotografias, tiradas numa perspectiva ampla para comprovar o grande número de professores que compareceram à Marcha, mostravam-nos de tal modo que cada um, retratado de maneira pouco precisa em razão da distância da objetiva, dissolvía-se na imagem da massa que constituía a categoria. Convém ressaltar

que, durante a campanha, membros da diretoria do CPP passaram a se referir ao “processo de proletarização do magistério primário” e optaram por uma atitude mais agressiva, elegendo a mobilização da categoria como a principal forma de pressão para evitar que a política salarial do Estado continuasse a ignorar a desvalorização dos seus vencimentos decorrente da alta do custo de vida. Vale lembrar aqui que, segundo Bourdieu, a mobilização de um grupo deve ser vista como um esforço do seu porta-voz para mostrar “sua legitimidade tornando



Fig. 12: Revista do Professor, nº 63, maio-jun/1961, p. 22.

manifestos aqueles que lhe conferem a delegação” (1990, p. 192), de modo que, ao chamar o professorado “à existência visível”, o CPP pretendia comprovar a expressão do setor ao qual estava vinculado.

A entidade, então, realizou várias concentrações em São Paulo e em cidades do interior, que foram retratadas pela *Revista do Professor* (nº 66, jan-fev/1962) num “retrospecto da luta do CPP pela valorização do magistério”. Em maio de 1962, o Governador Carvalho Pinto sancionou a lei que concedeu boa parte do aumento pleiteado, numa cerimônia em que Sólon

Borges dos Reis foi empossado no cargo de Secretário da Educação. A imagem da assinatura dessa lei constituiu a capa do nº 69 (ago-set/1962), mostrando-o ao lado do governador, e foi descrita pela revista como “uma fotografia histórica para a classe, pois revela o momento em que o magistério de São Paulo, graças ao CPP e principalmente ao seu presidente deputado, (...) alcança vitória inédita e que, além de benefícios imediatos, poderá levar os mestres escolas a melhor destino” (p. 4). Cabe notar que o êxito político de Sólon Borges dos Reis, sobretudo antes do Golpe Militar de 64,

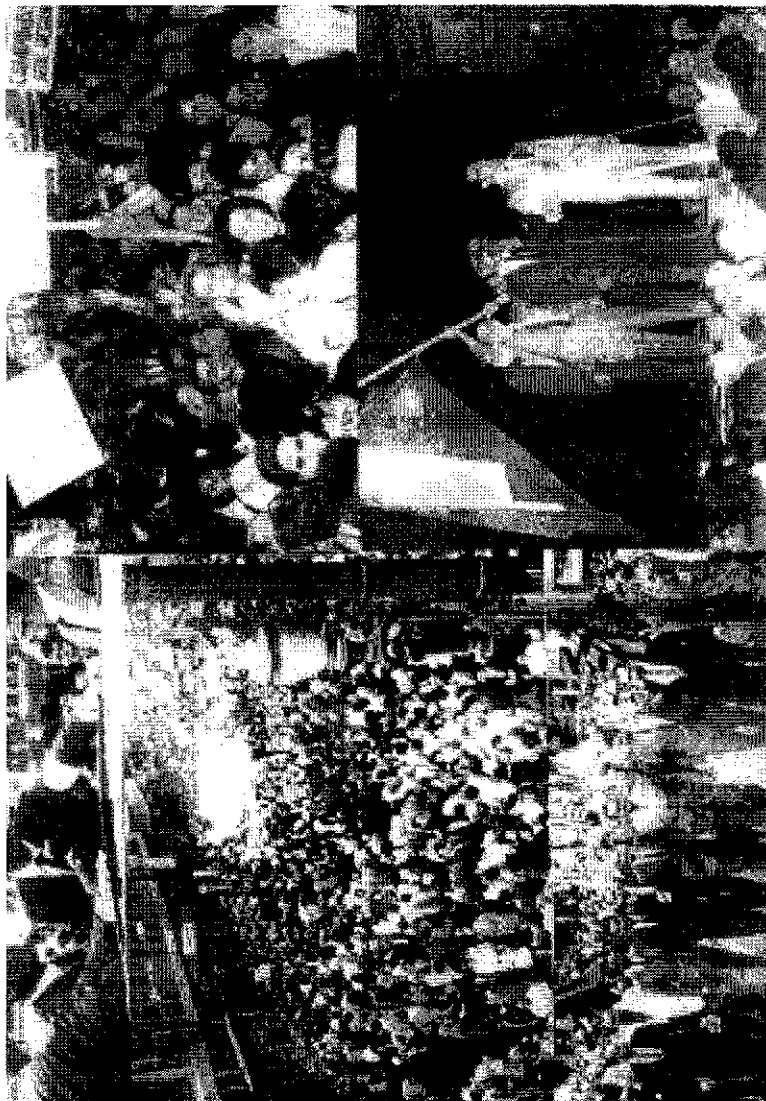


Fig. 13: *Revista do Professor*, nº 73, jul-set/1963, p. 21-22. (tamanho reduzido)

esteve intimamente relacionado com o processo reivindicatório da categoria, pois a primeira campanha salarial coincidiu com a sua eleição em 1958 para a Assembléia Legislativa e a sua reeleição em 1962, com 19.016 votos - segundo o jornal *O Professor* (ago/1966), a quarta votação da legislatura - deu-se após a concessão do referido aumento salarial.

A *Revista do Professor* somente voltou a tratar do processo reivindicatório da categoria na capa do nº 73 (jul-set/1963), trazendo a frase "O MAGISTÉRIO DE PÉ QUER JUSTIÇA!", sem recorrer, portanto, ao apelo das imagens dos professores na rua. Nesse número, a revista trouxe vários artigos que procuravam dar conta do andamento da campanha iniciada em janeiro de 1963, para reivindicar 60% de reajuste para todos os setores do magistério e, mediante uma montagem em página dupla (figura 13), reuniu diversas imagens da "Marcha aos Campos Elíseos", ocorrida em 12/09, com destaque para a multidão de professores - cerca de 10.000, segundo o CPP - cujos rostos, numa das fotos, (embora muitos deles estivessem de costas) perderam completamente a nitidez para dar visibilidade à imensidão de participantes. Aliás, a publicação chamou a atenção para

o fato de o número de professores ter deixado de ser sua fraqueza para tornar-se a sua força. Noutra fotografia, além dos dizeres da faixa - como, por exemplo, "A fome ronda a casa do professor" - os rostos ganharam nitidez e expressão, sendo possível ver professoras sorrindo, conversando, algumas apreensivas, muitas com as mãos erguidas. Evidentemente, a revista destacou os líderes do Centro e o caráter cívico do movimento, não só pela imagem da bandeira do Brasil, mas também pela notícia de que os professores cantaram o Hino Nacional. Tanto o sentido dessa manifestação para a representação da professora primária na época, quanto o seu impacto no panorama político brasileiro, cerca de seis meses antes do Golpe Militar de 64, marcaram as reminiscências de Dona Brites, professora primária, cujo depoimento consta do livro de Ecléa Bosi *Memória e Sociedade*:

O golpe de 64 teve preparação lenta. No dia 12 de setembro de 63 (...) em São Paulo estava marcada uma manifestação das professoras primárias. (...) Quiseram segurar as professoras, não queriam que elas fossem para a rua fazer manifestação. Foram para a rua protestar com faixa pedindo aumento de vencimento. Tive uma sensação estranha: (...) as professoras

primárias protestando aqui, era dar um passo grande demais na liberdade. Professora primária sair na rua! (In: Bosí, 1994, p. 357-358 - grifo nosso).

Ao justificar a realização da “Marcha aos Campos Elíseos”, a *Revista do Professor* atribuiu tal iniciativa ao descaso de Ademar de Barros (governador de São Paulo pela segunda vez) com a situação financeira do magistério. Ao manifestarem seu apoio à primeira greve da categoria, deflagrada após dez meses de negociação com o Estado, os órgãos da grande imprensa, em especial *O Estado de S. Paulo* e a *Folha de S. Paulo*, apontaram a atitude do governador como a principal responsável pela decisão radical tomada pelo professorado e exaltaram a isenção política, a ordem e a disciplina do movimento, afirmando que, como as suas lideranças haviam advertido, os professores apresentaram um comportamento condizente com a sua função. Convém notar que tais comentários, ao insistirem no caráter diferenciado da greve, procuravam salvaguardar a imagem da categoria que poderia ser comprometida com a utilização de uma estratégia típica do operariado. Evidenciava-se a tentativa de fazer com que o magistério fosse “percebido como distinto” (Bourdieu, 1996) mediante uma série de valores

relativos à dignidade do professor e à importância de sua missão que, segundo Pereira, “no plano das suas funções sociais manifestas servem como elemento de defesa do nível de vida e do grau de prestígio do professor primário; de modo latente, porém, desencadeiam compensações que se opõem à degradação econômica e social da ocupação” (1969, p. 180).¹¹

Cabe, por fim, questionar o papel do CPP na configuração assumida pelo processo reivindicatório do magistério no período analisado, indagando sobre os mecanismos de que dispunham os professores para comunicarem à associação a sua opinião a esse respeito. Nesse sentido, é difícil precisar até que ponto os próprios professores levaram a entidade a adotar estratégias mais agressivas - como sugere, por exemplo, o telegrama com 200 assinaturas exigindo a deflagração da greve - e até que ponto o CPP, mediante o discurso que exaltava novas práticas reivindicatórias e as imagens da massa de docentes na rua que ganharam visibilidade na *Revista do Professor*, contribuiu para

¹¹ O caráter diferenciado do movimento é exaltado no artigo “Greve diferente, mais uma lição do professorado”, veiculado pela *Revista do Professor* (nº 74, maio/1964, p. 15) após uma interrupção de 6 meses da publicação.

que elas fossem incorporadas pela categoria. Convém lembrar aqui que a eficácia de um discurso performativo, segundo Bourdieu, depende não só da "autoridade daquele que o enuncia (...), [mas] também do grau com que o discurso anunciador da identidade do grupo está fundado na objetividade" do próprio grupo com relação ao reconhecimento de seus membros e às "propriedades econômicas ou culturais por eles partilhadas" (1996, p. 111). Nessa perspectiva, pode-se dizer que a análise apresentada aqui buscou evidenciar um processo dinâmico, marcado pelo embate entre diferentes representações acerca do magistério e das ações recomendáveis à categoria, no qual estavam em jogo elementos diversos, tais como a ameaça de proletarização decorrente da desvalorização salarial, o apogeu das manifestações populistas, a polarização política dos anos 60 e, sobretudo, o *habitus* professoral, voltado para a defesa da dignidade da profissão. No âmbito desse processo, emergiu uma nova concepção do trabalho docente, na qual era forte a idéia de que o professor era um profissional que deveria ser remunerado adequadamente, mesmo que para isso fosse necessário mudar as estratégias reivindicatórias da categoria. As imagens dos professores nas ruas,

expressão dessa mudança, parecem ter contribuído para a afirmação de uma nova inserção profissional do magistério, tornando-a aceitável e até recomendável.¹²

Referências bibliográficas

- ANUÁRIO 1962. Departamento de Estatística do Estado de São Paulo, 1964.
- BARTHES, Roland. *A câmara clara: notas sobre a fotografia*. 6ª ed. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1984.
- BENJAMIN, Walter. Pequena História da Fotografia. In: KOTHE, Flávio (Org.) *Walter Benjamin - Sociologia*. São Paulo: Ática, 1985, p. 219-241.
- BOSI, Ecléa. *Memória e Sociedade*. São Paulo: Cia. das Letras, 1994.
- BOURDIEU, Pierre. A delegação e o fetichismo político. In: *Coisas Ditas*. São Paulo: Brasiliense, 1990, p. 188-206.
- _____. O campo científico. In: ORTIZ, Renato (Org.) *Pierre Bourdieu - Sociologia*. São Paulo: Ática, 1983, p. 122-155.

¹² O conceito de *habitus*, para Bourdieu (1989), diz respeito às "categorias sociais de percepção" que, incorporadas pelos agentes, ordenam sua visão do mundo social.

- _____. *O poder simbólico*. Lisboa/Rio de Janeiro: DIFEL/Bertrand Brasil, 1989.
- _____. A força da representação. In: *A Economia das trocas lingüísticas: o que falar quer dizer*. São Paulo: EDUSP, 1996, p. 107-116.
- CATANI, Denice Barbara. *Educadores à meia-luz: um estudo sobre a Revista de Ensino da Associação Beneficente do Professorado Público de São Paulo (1902-1919)*. São Paulo: FEUSP, 1989. (tese de Doutorado)
- CHARTIER, Roger. O mundo como representação. *Estudos Avançados*, V.11, n.5, p. 173-191. jan./abr. 1991.
- _____. Pouvoirs et limites de la représentation. Marin, le discours et l'image. In: *Au bord de la falaise: l'histoire entre certitudes et inquiétude*. Paris: Éditions Albin Michel, 1998, p. 173-190.
- _____. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Lisboa/Rio de Janeiro: DIFEL/Bertrand Brasil, 1990.
- DEMARTINI, Zeila de Brito Fabri & ANTUNES, Fátima. Magistério Primário: profissão feminina, carreira masculina. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n 86, p. 5-14. ago. 1993.
- FREYSSINET-DOMINJON, Jacqueline. Le monde enseignant dans *Le Monde de l'éducation*: approche rhétorique de l'image dessinée du professeur. *Recherche et Formation*. Paris: INRP, n 21, p. 23-36, 1996.
- JOIA, Orlando (Org.). *APEOESP 10 Anos (1978-1979): memória do movimento dos professores do ensino público estadual paulista*. São Paulo: CEDI, 1993.
- LUGLI, R. S. G., VICENTINI, P. P. A neutralidade impossível: o Centro do Professorado Paulista e a representação eleitoral do magistério (1930-90). Trabalho apresentado no *II Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação*, São Paulo, 1998. (Mimeo.)
- _____. A produção da memória do Centro do Professorado Paulista e a celebração dos pequenos mestres. Trabalho apresentado no *III Congreso de Historia de la Educación Latinoamericana*, Caracas, 1996. (Mimeo.)
- LUGLI, Rosario S. Genta. *Um estudo sobre o CPP (Centro do Professorado*

- Paulista) e o movimento de organização dos professores (1964-1990)*. São Paulo: FEUSP, 1997. (Dissertação de Mestrado)
- MARIN, Louis. *Des pouvoirs de l'image*. Paris: Éditions du Seuil, 1993.
- _____. *Le portrait du roi*. Paris: Éditions de Minuit, 1981.
- PEREIRA, Gilson Ricardo de Medeiros. Interesse e desinteresse no magistério oficial paulista (1902-1910). Texto aprovado para publicação pela *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, 2000. (Mimeo.)
- PEREIRA, Luiz. *O magistério primário numa sociedade de classe*. São Paulo: Pioneira, 1969.
- POLLAK, Michael. Memória, esquecimento e silêncio. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.
- SILVA, Marcos A. da. *Caricata República: Zé Povo e o Brasil*. São Paulo: Marco Zero/CNPq, 1990.
- VICENTINI, Paula P. *Um estudo sobre o CPP (Centro do Professorado Paulista): profissão docente e organização do magistério (1930-1964)*. São Paulo: FEUSP, 1997, (Dissertação de Mestrado)
- WEFFORT, Francisco Correia . *O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.